



DECISÃO

Licitação Tomada de Preço 012/2017
Processo Administrativo n.º 215/2017

Vistos, etc.

Recebo o Recurso protocolado pela empresa L DE MATOS DELFIM JUNIOR - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 24.210.107/0001-22, neste procedimento, tomada de preço 012/2017.

Quanto aos itens argumentados no presente recurso, não podem estes serem analisados em seu mérito, visto que não há fundamentada motivação.

Além disso, deve-se salientar que a Lei 8.666/1993 é clara quanto ao princípio da vinculação do ato convocatório (artigo 41 Lei 8.666/93), porém, não pode a comissão de licitação inabilitar ou desclassificar uma participante do certame, se a mesma não apresentou um documento que o próprio edital, apesar de citar, não trouxe como modelo em anexo, conforme descrito.

De fato, o edital refere-se a apresentação de declaração independente de proposta, conforme descrito no item 11.12.5, porém, menciona que a referida declaração deverá ser emitida conforme modelo anexo ao edital, o que por algum equívoco, não ocorreu, ou seja, o edital foi publicado sem oferecer o devido modelo em anexo conforme menciona, e desta forma, não pode a empresa participante ser penalizada com sua inabilitação.

Além disso, não há o que se falar em inabilitação, quando, no edital, consta como documentos de habilitação os descritos nos itens 7.1.1 a 7.1.4, onde nenhum deles, remete a apresentação da referida declaração.



Entende-se perfeitamente a existência da menção da declaração no texto do edital, porém, esta Presidente da comissão de Licitação, entende, este, não ser fator suficiente para desclassificação da participante.

O inciso LV, por sua vez, assegura a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Conforme nos ensina Maria Sylvia Zanella di Pietro: *“dentro do direito de petição estão agasalhadas inúmeras modalidades de recursos administrativos, disciplinadas por legislação esparsa, que estabelece normas concernentes a prazo, procedimento, competência e outros requisitos a serem observados pelos peticionários. (cf. in Direito Administrativo, 19ª ed., São Paulo, Ed. Atlas, 2006, p. 698).II. Pressupostos recursais na licitação”*.

São os requisitos que todos os recursos devem preencher sob pena de nem sequer serem conhecidos pela Administração. Segundo o mestre Marçal Justen Filho, a avaliação dos pressupostos recursais deverá ser realizada com mais largueza do que no direito processual, uma vez que vigora para a Administração Pública o poder-dever de revisar e sanar os atos viciados. Assim, recomenda-se que mesmo um recurso defeituoso, como, por exemplo, intempestivo, seja conhecido pela Administração a título de direito de petição.

Peculiaridades

Pressupostos objetivos:

a) Existência de ato administrativo decisório. Somente se pode recorrer se houver uma decisão sobre determinada fase do procedimento.



b) Tempestividade os recursos devem ser interpostos nos prazos prescritos em lei sob pena de decadência.

c) Forma escrita: Os recursos, em regra, devem ter forma escrita, endereçados à autoridade que praticou o ato. Em relação a este pressuposto, deve-se fazer ressalva quanto à modalidade pregão presencial, cujo recurso considera-se interposto assim que o licitante manifestar a sua intenção verbal em recorrer.

d) Fundamentação. o recorrente tem o dever de fundamentar sua insatisfação.

Não se conhece um recurso que não apontar defeitos, equívocos ou divergências na decisão recorrida. (cf. Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed., São Paulo, Dialética, 2008, p. 850).

Pressupostos subjetivos:

a) Legitimidade recursal é atribuída aquele que participa da licitação, em regra, o licitante. Assim, não possui legitimidade recursal o terceiro que não participa do certame. Deve haver, portanto, legítimo interesse na licitação, no contrato ou no cadastramento.

Dessa forma, não se admite, contrariamente ao que ocorre no Direito Processual, recurso ao terceiro prejudicado. A condição de terceiro elimina o cabimento do recurso. Se o terceiro for prejudicado caber-lhe-á exercitar o direito de petição. (ob. cit. p. 847)

b) Interesse recursal deriva da lesividade da decisão aos interesses do particular. Para Marcelo Palavéri consubstancia-se na prova de que a decisão da qual se recorre é lesiva ao seu interesse, pois lhe fere direitos, ou prejudica sua posição perante o



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

certame. Nesse sentido, admite-se o recurso daquele contra quem tiver sido proferido determinado ato, como, por exemplo, de inabilitação, havendo interesse processual em discutir a matéria por pretender se ver habilitado para que possa prosseguir na disputa.

Também se admite o recurso do licitante contra atos praticados em favor de outro concorrente, como, por exemplo, contra a habilitação de determinado licitante, posto que no contexto da disputa seja de seu interesse o alijamento dos seus contendores. (cf. in Licitações Públicas. Comentários e notas às súmulas e à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 1ª ed., Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2009, p. 869)

O direito de recorrer das decisões é garantido constitucionalmente, abrange os processos administrativos e, mais especificamente, as licitações e contratos.

As decisões administrativas em um procedimento licitatório podem ser reexaminadas por meio dos pedidos de reconsideração, das representações ou dos recursos.

Deste modo preceitua o art. 109 da Lei 8.666/93 (BRASIL, 1993) elenca as hipóteses em que são cabíveis a interposição de recurso.

Pode a parte legítima e interessada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, interpor recurso contra:

- a) Habilitação ou inabilitação do licitante;*
- b) Julgamento das propostas;*
- c) Anulação ou revogação da licitação;*
- d) Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*



e) Rescisão unilateral do contrato pela Administração, nas hipóteses a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei de Licitações (BRASIL, 1993).

f) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

O fato de o legislador ter listado as hipóteses impugnáveis mediante recurso, não significa a impossibilidade de outras situações também serem atacadas da mesma maneira, caso contrário, teríamos uma conclusão incompatível com a Constituição Federal, sem prejuízo, inclusive, da tutela jurisdicional.

Assim, deverá o licitante/preposto estar presente para se manifestar imediata e motivadamente sobre a sua intenção de recorrer, devendo registrar verbalmente na sessão quais são os atos de que discorda, bem como o motivo pelo qual discorda, sob pena de decadência.

Da mesma forma, o participante que sentir-se lesado com a interposição de recurso administrativo, tem o direito de contrarrazoar os motivos apresentados.

Assim sendo, a empresa CONSTRUTORA TRIGAMA LTDA – ME, apresentou na data de 22/01/2018, contrarrazões recursais quanto aos argumentos da empresa L. DE MATOS DELFIM JUNIOR – ME.

DA DECISÃO

A Presidente da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições e em obediência a Lei nº 8.666/93, e demais disposições aplicáveis a espécie, bem como, em respeito aos princípios licitatórios, INFORMA que em referência aos fatos apresentados e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

da análise realizada nas razões e tudo o mais que consta dos autos, opina à autoridade superior competente, em pela seguinte decisão:

CONHECER do recurso formulado pela empresa L DE MATOS DELFIM JUNIOR - ME, porém, no mérito, IMPROVER o recurso em sua totalidade, vez que as argumentações apresentadas pela Recorrente além de infundadas são genéricas e fogem ao fundamento do recurso, não demonstrando fatos capazes de mover esta Presidente da convicção pela IMPROCEDÊNCIA e não recebimento do RECURSO.

Desta feita, submetido o presente processo à autoridade superior para decisão, salientando que esta é desvinculada deste parecer informativo.

Por fim, encaminhe-se a presente decisão à autoridade superior para sua apreciação final, para após ciência as empresas participantes, recorrente ne recorrida.

Araruna, 25/01/2018

Tatiani Carla Soriani
PRESIDENTE CPL



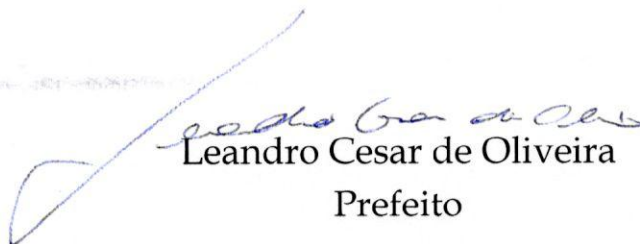
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

DECISÃO SOBRE LICITAÇÃO TP 012/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 215/2017

RATIFICO nos termos do artigo 109, inciso I da Lei 8.666/93, a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos próprios fundamentos e ainda com base no acórdão 877/16 - do TCE/PR, Processo 88672/15.

Publique-se, registre-se.

Araruna/Pr. 25/01/2018



Leandro Cesar de Oliveira
Prefeito